MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
XXXI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO CONSTITUCIONAL; DIREITO ADMINISTRATIVO; PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DIREITO TRIBUTÁRIO – 06.02.2010

DIREITO CONSTITUCIONAL

01ª questão: Direito Constitucional (Valor 50 pontos)

A competência para o julgamento de um crime ambiental contra a fauna endêmica da Serra do Mar, considerada patrimônio nacional, é da justiça federal ou da estadual?

JUSTIFIQUE E FUNDAMENTE A RESPOSTA

02ª questão: Direito Constitucional (Valor 50 pontos)

Determinada medida provisória, regularmente editada pelo Presidente da República, passou a vedar a concessão de liminares em mandados de segurança individuais ou coletivos e ações ordinárias ou cautelares que versem sobre determinado diploma legal.
Diante deste quadro e à luz dos critérios de hermenêutica constitucional, analise a constitucionalidade da medida, dissertando especialmente sobre:

a- O papel constitucional das medidas provisórias e sua abrangência
b- Os princípios constitucionais envolvidos, seus conflitos e a técnica para sua solução;
c- Os mecanismos de controle de constitucionalidade aplicáveis e os respectivos órgãos jurisdicionais com tal competência;

JUSTIFIQUE E FUNDAMENTE A RESPOSTA

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO CONSTITUCIONAL; DIREITO ADMINISTRATIVO; PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DIREITO TRIBUTÁRIO – 06.02.2010

DIREITO ADMINISTRATIVO

01ª questão: Direito Administrativo (Valor 50 pontos)

Em ação de improbidade administrativa, o representante do Ministério Público postula a aplicação de todas as sanções previstas no art. 12 da Lei nº 8.429/92. Como o agente réu cometera dois atos de improbidade independentes entre si, o autor requer sejam as sanções aplicadas cumulativamente. O juiz, porém, julgando procedente o pedido, aplicou apenas 3 (três) sanções, não cumulando a de suspensão de direitos políticos e a de multa civil, mas cumulando a de reparação dos prejuízos.

Opine sobre: a) a aplicação parcial de sanções de improbidade; b) a cumulatividade das sanções; c) a possibilidade de o julgador aplicar sanções não requeridas na petição inicial.

02ª questão: Direito Administrativo (Valor 50 Pontos)

Em ação de desapropriação, o Município, representado por sua Procuradoria-Geral, declara, na petição inicial, a urgência para os fins de imissão provisória na posse, declaração essa inexistente no decreto expropriatório. O requerimento para a imissão na posse, porém, só é oferecido 2 (dois) meses após o despacho inicial do juiz. Ao final, o juiz profere sentença fixando a indenização, os juros moratórios e compensatórios e os honorários advocatícios. Diante desses elementos, indaga-se: a) deve o juiz deferir o pedido de imissão provisória na posse? b) como devem ser fixados os juros moratórios e compensatórios, no que tange ao termo inicial da contagem e ao percentual? c) é possível que não haja condenação em honorários advocatícios?

Responda justificadamente as indagações, oferecendo os elementos nos quais se basearam as respostas.

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO CONSTITUCIONAL; DIREITO ADMINISTRATIVO; PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DIREITO TRIBUTÁRIO – 06.02.2010

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

01ª questão: Princípios Institucionais do Ministério Público (Valor - 50 Pontos)

O Princípio do Promotor Natural é admitido no ordenamento jurídico brasileiro? Há amparo constitucional e/ou legislativo do princípio? Há mitigação a esse princípio? Indique os dispositivos legais eventualmente aplicáveis.

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA.

2ª Questão - Princípios Institucionais do Ministério Público (Valor - 50 Pontos)

O Princípio da Obrigatoriedade da ação penal pública possui similitude na atuação do Ministério Público contra a improbidade administrativa no âmbito das Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva? Indique, se for o caso, os dispositivos legais aplicáveis.

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA.

Boa sorte!

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO CONSTITUCIONAL; DIREITO ADMINISTRATIVO; PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DIREITO TRIBUTÁRIO – 06.02.2010

DIREITO TRIBUTÁRIO

01ª questão: Direito Tributário (Valor - 100 Pontos)

Norma que institui a cobrança de tributo municipal sem matriz na Constituição Federal pode ser alvo de emenda constitucional posterior que autorize sua cobrança?